

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, Em 2013, o Conselho de Administração, em conjunto com a Diretoria, revisou a missão, a visão de futuro e os valores do Grupo Neoenergia. Com essa iniciativa e face aos novos desafios apresentados para o setor energético no Brasil, o Grupo renovou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do país e reformulou o enunciado de sua Missão: "Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade". Essa é a razão de ser do Grupo Neoenergia. E esse compromisso se confirmou por meio dos investimentos feitos pelo Grupo na geração, transmissão e distribuição de energia.

Na Afluyente Transmissão de Energia Elétrica S.A. – Afluyente T foram investidos R\$ R\$ 6,8 milhões no ano de 2013, com destaque para obras de reforços como o remanejamento da LT 230 kV Camaçari II / Polo para a Subestação Camaçari IV autorizado pela ANEEL através da Resolução nº 2.920/2011 e a instalação de três chaves seccionadoras na subestação de Brumado II, conforme estabelecido no Plano de Ampliações e Reforços do ONS. Também em 2013, foi iniciada a operação dos ativos de transmissão de forma integrada pelo Centro de Operações da Neoenergia localizado no Rio de Janeiro. O EBITDA da companhia foi de R\$ 19,1 milhões e o lucro líquido de R\$ 19,4 milhões.

Ciente da sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do País, parte integrante de um dos 40 maiores grupos econômicos do Brasil, a Afluyente T está preparada para prosseguir com o propósito firme de ser admirado pelos seus clientes, governo e colaboradores e reconhecido, nacionalmente, como referência em inovação, padrões de operação, qualidade de atendimento, rentabilidade e crescimento.

Marco Geovanne Tobias da Silva
Presidente do Conselho de Administração

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

O crescimento da economia brasileira em 2013 apresentou uma evolução em relação ao ano de 2012 de 2,3%. Em relação aos principais indicadores econômicos do Brasil, o PIB cresceu abaixo dos países da América Latina e a inflação tem tendência de crescimento. Na região Nordeste, que concentra maior parte dos ativos do Grupo Neoenergia, o ritmo de atividade foi freado devido aos efeitos da seca sobre a renda agrícola e o moderado avanço do setor industrial. Apesar destes fatos, a Região Nordeste ainda deve seguir com um crescimento no PIB acima das outras regiões do Brasil, mantendo a trajetória que ocorreu em 2012. Os índices que influenciam no reajuste das tarifas e custos do setor elétrico são importantes e constantemente monitorados pelo o Grupo Neoenergia. O IPCA sofreu um aumento em 2013 onde o acumulado atingiu 5,91% em comparação com o registrado em 2012 que registrou 5,84%. Por outro lado o IGP-M sofreu uma redução de 2,31 p.p. passando de 7,82% a.a em 2012 para 5,51% a.a. em 2013.

2. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Afluyente Transmissão de Energia Elétrica S.A. (Afluyente T ou companhia), é resultado da conclusão do processo de verticalização dos ativos de geração e transmissão da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba, distribuidora de energia elétrica também controlada da Neoenergia. Esse processo foi determinado pelo poder concedente, que definiu que as empresas de distribuição devam ter em seus balanços somente os ativos destinados para este fim, e foi finalizado em setembro de 2005 com a criação da Afluyente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. As ações dessa empresa foram transferidas para a Neoenergia, sem prejuízo aos acionistas da Coelba. Em 2009 a Afluyente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. foi cindida em Afluyente Geração de Energia Elétrica S.A. e Afluyente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Em dezembro de 2011, tiveram início as atividades do Centro de Operação do Sistema (COS) da Neoenergia com a missão de realizar as atividades operacionais das Usinas bem como dos Ativos de Afluyente T, coordenando as ações de desenvolvimento e implementação das políticas de Gestão da Companhia, em tempo real, através de comandos remotos e em março de 2013 foi iniciada a integração dos ativos da Companhia ao Centro de Operações.

Em 2012, o Grupo Neoenergia venceu o leilão para ampliar a subestação Brumado II, pertencente à Afluyente T. Apesar da subestação pertencer à Afluyente T, os novos ativos serão construídos e operados pela Narandiba, outra empresa do Grupo Neoenergia. A unidade estará ligada ao sistema já operado pela Afluyente T e sua operação comercial deve começar em 2014.

Em janeiro de 2013, a Aneel solicitou a alteração do projeto e a Instalação de três chaves seccionadoras nas estruturas físicas de 230kV da SE Brumado II, em atendimento à Resolução Normativa Aneel nº 443 de 26 de julho de 2011, o Volume I-A do Plano de Ampliações e Reforços na Rede Básica.

A base acionária atual da Companhia é composta pela Neoenergia S.A. (87,8%), Iberdrola Energia S.A. (8,5%), PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (2,3%) e um free float de 1,37%.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia seguem as diretrizes recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) para assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram a holding e a unificação de processos, com ganhos de escala.

A estrutura de governança é composta por Conselho de Administração e Diretoria, com o apoio dos comitês instalados apenas na holding, todos contribuem para as deliberações e tomadas de decisão. Ressalta-se que a Diretoria das empresas Controladas pela Neoenergia está estruturada de forma matricial na qual os Diretores estatutários da holding também são diretores de todas as Controladas da Neoenergia. O Acordo de Acionistas da Neoenergia orienta a atuação dos conselheiros e estabelece cláusula para abstenção de voto sobre temas que possam representar conflito de interesses.

4. AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2013 podemos destacar algumas questões importantes que ocorreram no setor elétrico: Medida Provisória 579, alteração na metodologia de cálculo das tarifas de transmissão (TUST), Resolução CNPE 03/13, nível de armazenamento dos reservatórios, Portaria MME 455/12 e aprovação da metodologia aplicável ao 3º ciclo de revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP das concessionárias de serviço público de transmissão.

A Medida Provisória 579 foi editada em 11/09/2012 e transformada na Lei 12.783 em 11/01/2013, tendo como objetivos a desoneração dos encargos setoriais e a renovação das concessões vincendas de geração, transmissão e distribuição, resultando na redução da tarifa de energia elétrica para o consumidor final. Apenas as concessões outorgadas antes da Lei nº 8.987/95 foram impactadas por esta nova regulamentação.

As empresas de geração do grupo Neoenergia não foram diretamente afetadas pela MP 579, visto que suas concessões foram outorgadas após a publicação da Lei nº 8.987/95. No entanto, a renovação das concessões das empresas de transmissão proporcionou a redução do nível tarifário da transmissão, o que representou um ganho para as empresas de geração.

A Resolução Normativa nº 117/04 estabeleceu o valor da TUST dos agentes de geração no período de 01/07/2005 a 30/06/2013, prevendo o seu recálculo a partir de 01/07/2013, quando a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) poderia rever a metodologia de cálculo da TUST. Nesse sentido, a Resolução Normativa nº 559/13 determinou uma alteração na metodologia de cálculo da tarifa de transmissão. Os valores de TUST vigentes a partir de 01/07/2013 foram calculados a partir do valor médio da TUST projetada para os próximos 10 anos, de modo a refletir o custo de ampliação da rede de transmissão. O novo regulamento visa reduzir as incertezas dos agentes em relação a variação anual da TUST ao longo do tempo.

A aplicação da nova metodologia, combinada com o recálculo da TUST a partir de 01/07/2013, propiciou uma redução de custos adicional para as empresas de geração da Neoenergia.

Outra alteração regulatória importante durante o ano de 2013 foi a edição da Resolução nº 3/2013 pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. A referida Resolução alterou a forma de rateio do custo dos Encargos de Serviço do Sistema - ESS por Segurança Energética, necessários para manutenção da segurança do Sistema Interligado Nacional - SIN em períodos de recessão hidrológica. Nestes períodos, torna-se necessário o acionamento de usinas térmicas em patamares superiores aos estabelecidos pelos estudos energéticos realizados pelo ONS, com o objetivo de evitar a redução acentuada do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Tal alteração teve impacto direto sobre as empresas de geração do grupo Neoenergia, que ficaram sujeitas ao pagamento de um custo elevado e não previsto. Para contornar esse problema, o grupo Neoenergia, por meio das associações de classe do setor elétrico, impetrou uma ação judicial para suspender os efeitos da Resolução CNPE 03/13. Tal ação permitiu que uma liminar judicial suspendesse a cobrança dos encargos apurados para as empresas de geração associadas (incluindo as geradoras do grupo), até que o mérito da questão seja apreciado pela justiça.

Como consequência do período hidrológico desfavorável verificado durante os anos de 2012 e 2013, os reservatórios das usinas hidrelétricas atingiram o nível mais baixo em uma década. Tal situação levou o Operador Nacional do Sistema a elevar o nível de despacho das usinas térmicas. Essa situação, além de acarretar em pagamento de ESS para os agentes, elevou o valor do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD, referência para a negociação de energia no mercado de curto prazo.

Mais uma alteração regulatória foi a publicação da Portaria 455/12 pelo Ministério de Minas e Energia - MME. A referida Portaria altera a sistemática de registro de contratos de compra e venda de energia, que deixa de ser realizada após o fechamento do mês em curso (ex-post) e passa a ser realizada ao final de cada semana de negociação (ex-ante). Os agentes do mercado, especialmente os comercializadores de energia, se assustaram com as mudanças não previstas.

A Portaria MME 455/12 possui pouca influência sobre a forma de comercialização da energia produzida pelos empreendimentos de geração do grupo Neoenergia. Estes empreendimentos possuem contratos firmados na modalidade bilateral ou por meio de CCEARS, onde o registro do contrato já foi estabelecido por todo o seu prazo de vigência.

Através da publicação das Resoluções nº 490/12 e 553/12, que aprovaram, pela ANEEL, os Submódulos 9.2 e 9.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORÉ, respectivamente, foi definida a metodologia e os critérios gerais aplicáveis ao processo de revisão periódica das Receitas Anuais Permitidas das concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.

5. DESEMPENHO DO NEGÓCIO

Com potência instalada de 600 MVA, a Afluyente T é composta por ativos instalados nas Subestações de Tomba, Funil, Brumado II, Itagibá, Ford, Pólo e Camaçari II, além de 450 km de Linhas de Transmissão.

Em 31 de maio de 2011, foi emitida a Resolução Autorizativa 2.920 da Aneel para remanejamento das Linhas de Transmissão Camaçari II/Pólo e Governador Mangabeira/Tomba, e as ações para execução das obras estão em andamento com previsão de conclusão em abril/2014. Com o remanejamento da Linha Camaçari II/Pólo serão incorporados dois novos bays da Subestação Camaçari IV com previsão de entrada em Abril de 2014.

Em 2013, a disponibilidade apresentada pela Afluyente T foi de 99,08%, bem em linha com o desempenho realizado nos 3 últimos anos (em 2012 foi de 99,39% e 2011 de 99,64%). Este indicador é importante, pois as concessionárias de transmissão de energia elétrica têm a qualidade do serviço aferida pela Aneel através da disponibilidade do sistema de transmissão. A partir do tempo de indisponibilidade da Transmissora a Aneel calcula a Parcela Variável, que é a parcela a ser deduzida da receita da transmissora em função da não prestação adequada do serviço público de transmissão.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico-Financeiros	2012 Reapresentado	2013	Varição 2013/2012
Receita Operacional Bruta (R\$ Mil)	34.553	39.202	13,5%
Receita Operacional Líquida (R\$ Mil)	28.242	35.127	24,4%
EBITDA (R\$ Mil)	17.167	19.146	11,5%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ Mil)	17.167	19.146	11,5%
Resultado Financeiro (R\$ Mil) - Exceto JSCP	2.717	2.214	(18,5%)
Lucro Líquido (R\$ Mil)	17.691	19.441	9,9%
Ativo Total (R\$ Mil)	93.210	83.403	(10,5%)
Investimentos (R\$ Mil)	3.101	6.849	120,9%
Dívida Bruta (R\$ Mil)	3.998	3.472	(13,2%)
Dívida Líquida (R\$ Mil) *	(35.227)	(25.801)	26,8%
Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	79.668	77.503	(2,7%)

Indicadores Econômico-Financeiros	2012 Reapresentado	2013	Varição 2013/2012
Margem EBITDA	60,79%	54,51%	(0,06) p.p.
Margem EBIT	60,79%	54,51%	(0,06) p.p.
Margem Líquida	62,64%	55,34%	1.07 p.p.
Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) - Em vezes	6,32	8,65	(36,9%)
Dívida Líquida/EBITDA**	(2,05)	(1,35)	34,3%
Dívida total líquida / (Dívida total líquida + Patrimônio líquido)	(79,27%)	(49,90%)	37,0%

Ações	2012 Reapresentado	2013	Varição 2013/2012
Valor Patrimonial da Ação (R\$ lote de mil ações)	1,26	1,23	2,7%
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (R\$)	0,28	0,31	(9,9%)
Distribuição de Dividendos e JSCP (R\$ Milhões)	16,81	18,74	(11,5%)

* Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

** EBITDA 12 meses

p.p - pontos percentuais

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

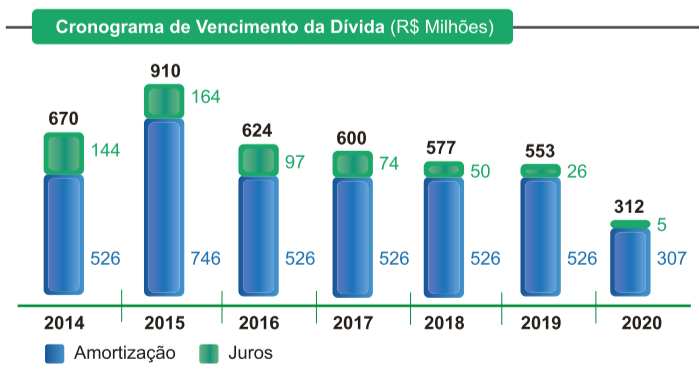
Conciliação do EBITDA - R\$ Mil	2012 Reapresentado	2013	Varição
Lucro Líquido	17.691	19.441	9,9%
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e diferido	2.193	1.919	(12,5%)
Amortização de Agio e Reversão PMIPL			
Receita Financeira	(3.054)	(2.582)	(15,5%)
Despesa Financeira	337	368	9,2%
Amortização/Depreciação			
EBITDA	17.167	19.146	11,5%

7. ENDIVIDAMENTO

7.1. PERFIL DA DÍVIDA

De acordo com sua Política Financeira, a Afluyente T busca permanentemente o alongamento e a diversificação dos instrumentos financeiros. Em dezembro de 2013, a Afluyente T contava com 85% da dívida contabilizada no longo prazo e 15% no curto prazo.

A Companhia possui contrato FINAME firmado em junho de 2010 com o BNDES e o Banco do Brasil, no valor de R\$ 4.210 mil, taxa de 4,5% a.a. Em dezembro de 2013, a dívida bruta consolidada de Afluyente T foi R\$ 3.472 mil.



8. INVESTIMENTOS

A Afluyente T, em 31 de maio de 2011, foi autorizada através da Resolução Autorizativa nº 2.920, a executar a Instalação de 2 módulos de entrada de Linha em 230 kV e Remanejamento da SE Camaçari II para a SE Camaçari IV, localizadas no estado da Bahia, para reforçar o suprimento de energia na Região Metropolitana de Salvador. A obra está prevista para ser concluída em março de 2014 e o investimento total previsto foi de R\$ 11 milhões dos quais foram R\$ 3,089 milhões foram pagos em 2013.

Além do investimento citado anteriormente, a Companhia investiu um total de R\$ 1.057 mil incluindo meio ambiente, O&M, entre outros. Deste total R\$ 395 mil foram direcionados para equipamentos de testes para a equipe da transmissão e R\$ 119,8 mil para P&D.

9. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A empresa faz parte do Grupo Neoenergia que reafirma constantemente seus compromissos socioambientais e seu respeito com o Meio Ambiente e o desenvolvimento Sustentável.

Sustentabilidade

Para o Grupo Neoenergia, sustentabilidade, além de ser valor, é um atributo que faz parte de sua essência, que norteia seus negócios, suas atitudes, sua missão: ser a energia que movimenta e ilumina a vida das pessoas. No Brasil, 91% da energia elétrica são provenientes de usinas hidrelétricas, que estão entre as fontes mais limpas de geração de energia. Podemos dizer que o Brasil ruma para a liderança global em termos de energias limpas e que, neste contexto, o Grupo Neoenergia dá uma importante parcela de contribuição. Até 2019, seus empreendimentos serão responsáveis pela geração de 2,5% da energia do Brasil, tornando um 'player' de destaque na geração de energia de fonte renovável.

Compromisso socioambiental

A preservação ambiental direciona a atuação do Grupo Neoenergia desde o planejamento de investimentos, obras e a execução dos projetos, incluindo a operação de seus diferentes negócios e a manutenção dos equipamentos. Todas as atividades são realizadas com respeito à legislação e de forma alinhada ao que determina o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), adotado desde 2005. Pautado na busca pela excelência, o SGA integra várias ações empresariais a práticas socioambientais responsáveis, gerenciando o controle das licenças e condicionantes e assegurando a implantação de medidas mitigadoras e/ou compensatórias.

Inovação e Diversificação da Matriz

Com investimentos de R\$ 1,2 bilhão, a Força Eólica do Brasil, joint venture entre Neoenergia e Iberdrola, concluiu, em outubro de 2013, a construção do último de seus 10 parques eólicos na região Nordeste do Brasil. Juntos, estes parques têm capacidade instalada de 288MW, o suficiente para atender a 767 mil habitantes. A Neoenergia investe, também, na geração de energia solar. Depois de inaugurar a primeira usina de geração solar fotovoltaica da América Latina em um estádio de futebol (Pituaçu), em Salvador, na Bahia, o grupo inaugurou, dentro da Itaipava Arena Pernambuco, um dos estádios-sede da Copa 2014, a Usina Solar São Lourenço da Mata, que tem potência instalada de 1 megawatt pico, equivalente ao consumo de seis mil habitantes. Na Ilha de Fernando de Noronha o grupo também está construindo duas usinas com parcerias distintas, que juntas terão 1000 kWp de potência instalada.

Economia e redução de emissões de CO2

O Grupo Neoenergia controla as empresas distribuidoras de energia elétrica em três importantes estados da região Nordeste: Coelba, na Bahia, Celpe, em Pernambuco, e Cosern, no Rio Grande do Norte. Mais da metade dos clientes das distribuidoras é baixa renda e, por esta razão, desde 1998 a Neoenergia investe cerca de R\$ 413 milhões em programas de eficiência energética, com o objetivo de adequar o consumo desses clientes a sua capacidade de pagamento. Por meio do Programa Nova Geladeira, 246 mil geladeiras velhas e ineficientes foram substituídas por geladeiras novas e mais econômicas, com Selo Procel de eficiência energética. A iniciativa proporciona uma economia 256,9 GWh/ano em energia, o equivalente à geração de uma hidrelétrica de 53,3 MW. A geladeira velha é reciclada, a sucata é vendida e o dinheiro arrecadado é destinado a outros projetos realizados pelo Grupo Neoenergia, como, o Vale Luz, que dá descontos na conta de energia aos clientes que doam lixo reciclável.

Restauração da Mata Atlântica

O Grupo Neoenergia ainda é signatário do Pacto para a Restauração da Mata Atlântica, por meio do Energia Verde. Iniciado em 2009, o programa concede descontos para quem troca eletrodomésticos antigos por novos, com Selo Procel A de economia de energia. Em 2013, foram recuperados 121 hectares por meio do plantio de 156.863 mudas de diferentes espécies de Mata Atlântica.

Educação, Cidadania e Desenvolvimento

Acreditando na educação como um agente de transformação da sociedade, o Grupo mantém uma consolidada parceria com o Instituto Ayrton Senna desde 2006 para estimular ações de melhoria do desempenho de alunos da rede pública de ensino. As iniciativas atendem a escolas públicas dos Estados da Bahia, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte e já beneficiaram mais de 19 mil crianças e 350 educadores nos três estados. O Grupo também apóia, por meio de suas distribuidoras, iniciativas como o Júnior Achievement (de empreendedorismo), contribuindo com a formação de mais de 9 mil alunos dos ensinos médio e fundamental. Por meio da Lei Rouanet, o Grupo Neoenergia também apoiou o projeto "Amigos do Bolshoi", cujo objetivo era realizar a inclusão cultural de três jovens de baixa renda de Salvador. Ainda na linha das leis de incentivo, o Grupo concluiu o projeto Vila da Rainha, para resgatar traços arqueológicos na região de suas pequenas centrais hidrelétricas, situadas entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo.

Práticas de cumprimento do Pacto Global

A Neoenergia desenvolve ações alinhadas aos compromissos voluntários assumidos em agosto de 2007, quando aderiu aos dez princípios universais do Pacto Global das Nações Unidas nos temas Direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. A empresa também é signatária dos Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que contribuem para a equidade e o desenvolvimento humano com ações que buscam a redução de males como a miséria, o preconceito racial, a mortalidade infantil por desnutrição e enfermidades e o analfabetismo.

10. GESTÃO DE PESSOAS

A partir desse ano temos como missão do Grupo "Ser a energia que movimenta e ilumina a vida para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade, com eficiência, qualidade, segurança, sustentabilidade e respeito ao indivíduo".

A nova visão é "Ser admirada pelos clientes, governo, investidores e colaboradores e reconhecida nacionalmente como referência em inovação, padrões de operação, qualidade de atendimento, rentabilidade e crescimento".

Os novos valores, definidos para orientar a atuação dos colaboradores e, consequentemente, a condução dos negócios, foram assim descritos:

- 1. Segurança:** Colocamos a vida das pessoas em primeiro lugar.
- 2. Pessoas:** Valorizamos e inspiramos as pessoas.
- 3. Respeito ao Cliente:** Geramos valor para nossos clientes, por meio de serviços de qualidade e atendimento de suas necessidades.
- 4. Inovação e Empreendedorismo:** Estimulamos o pensamento criativo e atuação autônoma.
- 5. Atuação sem Fronteiras:** Quebramos os limites organizacionais (áreas, empresas) para trabalharmos em equipe e geramos melhores resultados.
- 6. Sustentabilidade:** Consideramos as dimensões ambiental, social e econômica em todas as nossas decisões.
- 7. Criação de Valor:** Buscamos crescimento sustentável (rentabilidade, comprometimento, eficiência), com geração de valor para o acionista, nossos colaboradores e a sociedade.
- 8. Integridade:** Fazemos o nosso trabalho com ética, honestidade, garantindo que a informação falada seja clara, correta e confidencial.
- 9. Excelência:** Abordamos os desafios com planejamento e cuidado com os detalhes. Diante desse novo cenário, foram eleitas algumas frentes de ação que visavam dar o suporte necessário à internalização da nova Missão, a nova Visão e os novos Valores, que descrevemos a seguir:

10.1. SAÚDE E SEGURANÇA

Dentre as principais ações desenvolvidas em 2013, destacamos:

- **Segurança do Trabalho (próprios e terceirizados):** Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA; constituição e coordenação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPA; palestras e reuniões de segurança; inspeções de segurança em imóveis administrativos, subestações e turmas; formação de brigadistas e planos de emergência; recepções e auditorias de saúde e segurança nas Empresas Prestadoras de Serviços - EPS; fiscalização de alojamentos; realização do IX Seminário de Saúde e Segurança para EPS; controle e acompanhamento dos indicadores de acidentalidade.
- **Segurança da População:** realização de ações diretas com palestras e inspeções de segurança; treinamento para profissionais da construção civil; campanhas com orientações à sociedade visando a prevenção de acidentes, veiculadas em diversas mídias, tais como mensagem na conta de energia, jornal e entrevistas em rádio/TV.

10.2. CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Algumas iniciativas de treinamento marcaram o ano de 2013:

- Formação de eletricitistas, aproveitando colaboradores advindo da comunidade e do Programa Jovem Aprendiz;
- Realização de assessment em 100% da liderança, visando identificar profissionais com talento para ocupar futuramente posições de liderança, fortalecendo nosso processo de Sucessão e promovendo a retenção desses talentos;
- Continuidade do Programa de Estágio que viabiliza o ingresso de estudantes em nossos quadros de estagiários, viabilizando formação e experiência em ambientes organizacionais, que tem como objetivo tornar os estagiários a base da cadeia de talentos da Organização, garantindo um pool de profissionais preparados para ascender aos primeiros cargos dos níveis técnico e superior;
- Programa de Gestão de Desempenho - PGD foi totalmente revisado em 2013; além de implantar uma nova metodologia, onde todos os colaboradores possuem objetivos individuais, o PGD contou com um novo sistema informatizado, auxiliando na consolidação da filosofia de que o colaborador é o protagonista de sua carreira.
- Outra importante evolução em nosso processo de formação e desenvolvimento de pessoas foi a implantação da #redeaprender, que é uma ferramenta de Educação a Distância (EAD) que viabiliza a oferta de cursos online, promovendo a interação, o aprendizado e a informação, além de reforço à cultura de autodesenvolvimento e democratização do conhecimento.

11. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.



BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	2013	2012	PASSIVO	Notas	2013	2012
CIRCULANTE			(Reapresentado)	CIRCULANTE			(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	3	29.013	36.976	Fornecedores	8	1.294	3.208
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	3.610	4.569	Empréstimos e financiamentos	9	533	533
Títulos e valores mobiliários	5	26	20	Taxas regulamentares	10	202	91
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.194	1.091	Impostos e contribuições a recolher	11	665	807
Estoques		214	214	Dividendos e juros sobre capital próprio	12	51	4.232
Despesas pagas antecipadamente		303	186	Partes relacionadas	17	-	1.078
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	7	25.278	29.338	Outros passivos circulantes		71	44
Outros ativos circulantes		-	4.434	TOTAL DO CIRCULANTE		2.816	9.993
TOTAL DO CIRCULANTE		59.638	76.828	NÃO CIRCULANTE			
NÃO CIRCULANTE				Empréstimos e financiamentos	9	2.939	3.465
Títulos e valores mobiliários	5	234	2.229	Taxas regulamentares	10	72	55
Impostos e contribuições a recuperar	6	30	33	Partes relacionadas	17	6	8
Depósitos judiciais		17	6	Outros passivos não circulantes		67	21
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	7	23.383	14.013	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.084	3.549
Investimentos		101	101	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		23.765	16.382	Capital social		63.085	63.085
TOTAL DO ATIVO		83.403	93.210	Reservas de lucro		4.951	3.978
				Proposta de distribuição de dividendos adicional		9.467	12.605
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		77.503	79.668
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		83.403	93.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Notas	2013	2012
			(Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	14	35.127	28.242
CUSTOS DOS SERVIÇOS	15	(14.544)	(10.401)
LUCRO BRUTO		20.583	17.841
Despesas com vendas	15	(817)	-
Despesas gerais e administrativas	15	(620)	(674)
LUCRO OPERACIONAL		19.146	17.167
Receitas financeiras	16	2.582	3.054
Despesas financeiras	16	(368)	(337)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		21.360	19.884
Imposto de renda e contribuição social		(1.919)	(2.193)
Corrente		(1.919)	(2.193)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		19.441	17.691

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO			
DO CAPITAL - R\$			
Ordinária		0,31	0,28

A Companhia não possui outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2013	2012	2013	2012
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Receitas				
Vendas de energia, serviços e outros	39.202	34.553	1.238	1.305
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(817)	-	1.919	2.193
	38.385	34.553	2.958	5.039
			57	137
Insumos adquiridos de terceiros			6.172	8.674
Materiais, serviços de terceiros e outros	(14.962)	(10.891)		
	(14.962)	(10.891)		
Valor adicionado bruto	23.423	23.662		
Valor adicionado líquido	23.423	23.662		
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	2.582	3.054		
	2.582	3.054		
Valor adicionado total a distribuir	26.005	26.716		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Reservas de Lucros		Lucros/Prejuízos Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva Legal			
Saldos em 01 de janeiro de 2012	63.085	3.094	-	15.078	81.257
Lucro líquido do exercício	-	-	17.691	-	17.691
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(15.078)	(15.078)
Destinações:					
Reserva legal	-	884	(884)	-	-
Dividendos propostos	-	-	(16.807)	12.605	(4.202)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	63.085	3.978	-	12.605	79.668
Lucro líquido do exercício	-	-	19.441	-	19.441
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(12.605)	(12.605)
Destinações:					
Reserva legal	-	973	(973)	-	-
Dividendos intermediários	-	-	(9.001)	-	(9.001)
Dividendos propostos	-	-	(9.467)	9.467	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	63.085	4.951	-	9.467	77.503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2013	2012	2013	2012
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL				
Lucro do exercício (antes dos impostos)	21.360	19.884		
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	168	187		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	817	-		
	22.345	20.071		
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS				
Contas a receber de clientes e outros	142	92		
IR e CSLL a recuperar	(628)	(820)		
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(61)	(235)		
Depósitos judiciais	(11)	-		
Despesas pagas antecipadamente	(117)	(82)		
Partes relacionadas	-	4.258		
Concessão serviço público (ativo financeiro)	1.611	4.298		
Outros ativos	4.434	(4.434)		
	5.370	3.077		
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores	(1.914)	3.077		
Encargos de dívidas	(167)	(219)		
Taxas regulamentares	15	(218)		
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) pagos	(1.242)	57		
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(117)	1.086		
Partes relacionadas	(1.080)	(1.762)		
Outros passivos	74	65		
	(4.431)	2.086		
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	23.284	25.234		
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO				
Concessão serviço público (ativo financeiro)	(6.921)	(3.102)		
Resgate de títulos e valores mobiliários	1.989	424		
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(4.932)	(2.678)		
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(526)	(219)		
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(25.789)	(20.089)		
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(26.315)	(20.308)		
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(7.963)	2.248		
Caixa e equivalentes no início do exercício	36.976	34.728		
Caixa e equivalentes no final do exercício	29.013	36.976		
	(7.963)	2.248		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações Gerais

A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Afluente-T" ou "Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., foi constituída em 18 de agosto de 2008, originalmente sob a denominação de Imanisse Participações S.A., com o único objetivo social de participar em outras sociedades na condição de acionista ou quotista.

Em 15 de janeiro de 2009 a Afluente Geração de Energia S.A. ("Afluente-G"), anteriormente denominada Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. celebrou Protocolo de Justificação de Cisão Parcial, com o objetivo de efetuar a segregação das suas atividades de geração e transmissão de energia elétrica ("Reestruturação Societária"), anteriormente exercidas integralmente pela companhia cindida. A cisão parcial e a consequente incorporação da parcela cindida de seu patrimônio líquido pela Afluente-T teve como referência 30 de novembro de 2008, e esteve sujeita à obtenção de prévia aprovação da Reestruturação Societária pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), antes da qual todos os seus efeitos permaneceram suspensos.

No dia 1º de dezembro de 2009 a ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 2.219, anuiu a transferência das concessões de transmissão da Afluente-G, sendo necessária a elaboração de novo laudo de avaliação contemplando a atualização dos valores a serem vertidos para a Afluente-T, em decorrência das variações patrimoniais entre a data de referência da cisão parcial (30 de novembro de 2008) e a data do evento societário que aprovou a cisão.

Atualmente a Companhia tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Com potência instalada de 600 MVA, é composta por ativos instalados nas Subestações de Tomba, Funiil, Brumado II, Itagibá, Ford, Pólo e Camaçari, além de 450 km de Linhas de Transmissão. Em 15 de maio de 2011 e 20 de junho de 2011 foi concluída a Instalação do 2º Reator da Subestação de Brumado II e 1º Reator da Subestação de Itagibá, respectivamente.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 21 de fevereiro de 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado o contrário.

2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 - Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para contingência, realização de impostos, contribuições sociais diferidos e base de determinação do ativo financeiro.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 - Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita de concessão:

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. (vide nota 7)

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Receita financeira de concessão

A receita financeira de concessão corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da Receita Anual Permitida (RAP). (vide nota 7)

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.4 - Imposto de renda e contribuição social correntes

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

2.5 - Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 - Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, concessão de serviço público e outros créditos.



a.1) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

• Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

• Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A apropriação no resultado ocorre pelo método de juros efetivos incluído na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As eventuais perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

• Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

a.2) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

b.1) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

• Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.2) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.8 - Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos da disponibilização do uso das linhas de transmissão, e conexão ao Sistema de Transmissão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.9 - Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

2.10 - Recebíveis de concessão de serviço público

Refere-se ao direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente ou indiretamente, através da receita anual permitida (RAP) e da parcela de indenização do poder concedente ao final da concessão, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. O ativo financeiro é remunerado pela taxa interna de retorno do projeto que foi utilizada para desconto a valor presente do fluxo esperado de recursos incondicionais a serem recebidos ao longo da concessão e da parcela da indenização a ser recebida no retorno dos ativos ao poder concedente.

Os ativos financeiros estão classificados como contas a receber (Recebíveis de Concessão de Serviços Públicos) e são mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, utilizado para a apuração da taxa interna de retorno do projeto. Conforme previsto no CPC 38 - Reconhecimento e mensuração.

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGPm, e na revisão tarifária, que ocorre a cada cinco anos. A próxima revisão tarifária esta prevista para 12 de abril de 2015.

2.11 - Investimentos

Representam quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

2.12 - Taxas Regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Com a edição da Lei 12.783/2013, a partir de 1º de janeiro de 2013, foram desobrigadas ao recolhimento das quotas anuais da RGR as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012, a Companhia não está enquadrada na desobrigação por se tratar de uma concessão licitada anterior a data determinada pela lei.

b) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

c) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

d) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.13 - Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

2.14 - Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

2.15 - Normas, interpretações e alterações de normas contábeis:

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC/IFRS:

Norma	Assunto
CPC 19 (R2)/IFRS 11	"Negócios em Conjunto"
CPC 26 (R1)/IAS 1	"Apresentação das Demonstrações Contábeis"
CPC 33 (R2)/IAS 19	"Benefícios a Empregados"
CPC 36 (R3)/IAS 10	"Demonstrações Consolidadas"
CPC 40 (R1)/IFRS 7	"Instrumentos Financeiros: Evidenciação"
CPC 45/IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades"
CPC 46/IFRS 13	"Mensuração do Valor Justo"

Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, porém não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS:

Norma	Assunto
IFRIC 21	"Taxas"
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros"

3 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/13	31/12/12
Caixa e Depósitos bancários à vista	15	68
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	28.998	36.908
Total	29.013	36.976

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos Restritos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

4 Contas a Receber de Clientes e Outros

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Contas a receber de clientes	(a)	3.011	3.195
Partes relacionadas (Nota 16)	(b)	1.416	1.374
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(c)	(817)	-
Total		3.610	4.569
Circulante		3.610	4.569

(a) Referem-se aos serviços de transmissão cobrados através da Receita Anual Permitida (RAP).

(b) Referem-se principalmente ao serviço de transmissão cobrado através da Receita Anual Permitida (RAP) e Contrato de Conexão ao sistema de transmissão com a Coelba.

(c) A Companhia registrou provisão de crédito de liquidação duvidosa para os títulos com vencimentos superiores há 365 dias.

A composição dos prazos de vencimento:

	Saldos		Vencidos		Total		PCLD	
	vencidos	Até 90 dias	Mais 90 dias	31/12/13	31/12/12	31/12/13	31/12/12	
Sector público	-	-	-	-	604	-	-	-
Sector privado	3.525	39	863	4.427	3.965	(817)	-	-
Total	3.525	39	863	4.427	4.569	(817)	-	-
Circulante				4.427	4.569	(817)	-	-

5 Títulos e Valores Mobiliários

Agente financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/12/13	31/12/12
Banco do Brasil	(a)	Fundo BB Polo	01/06/2014 20/04/2017	CDI	260	2.249
					(Reapresentado)	
Total					260	2.249
Circulante					26	20
Não Circulante					234	2.229

(a) Corresponde às aplicações no Fundo BB Polo, que não possuem prazo para resgate acima de 90 dias, com próximo vencimento em 1º de junho de 2014 e o último em 20 de abril de 2017.

6 Impostos e Contribuições a Recuperar

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Circulante			
Imposto de Renda - IR	(a)	253	226
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	(a)	55	43
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	391	391
Programa de Integração Social - PIS	(c)	32	25
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	135	103
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	(d)	328	303
		1.194	1.091

(a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS

(b) Imposto sobre Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) corresponde ao recolhimento indevido e/ou a maior quando da apuração do Lucro Presumido, nos termos do Artigo 1º da Lei nº 9.430/96, além das retenções fonte de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(c) Corresponde principalmente ao ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo financeiro, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

(d) PIS e COFINS a compensar referente ao recolhimento indevido e/ou a maior decorrente da apuração do regime cumulativo estabelecido pela Lei 9.718/98 e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(e) Corresponde ao INSS retido sobre os contratos de operação entre a Afluente T e Itapebi.

7 Concessão de Serviço Público (Ativo Financeiro)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos através da Remuneração Anual Permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

(b) Parcela referente a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

(c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.

(d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda com vida útil, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Recebíveis	(a)	48.642	43.347
Indenização	(b)	19	4
Total		48.661	43.351
Circulante		25.278	29.338
Não circulante		23.383	14.013

(a) Valores de fluxo de caixa futuros projetados descontados a taxa interna de retorno do projeto de parcelas tarifárias correspondentes à remuneração pela infraestrutura (RAP).

(b) Parcela de valores residuais de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão, considerando o valor presente da prestada, conforme quadro abaixo:

	31/12/2013
Indenização	19
Parcela mensal descontada	164
Tempo residual da concessão	4,22%
TIR	16.577

A movimentação do ativo financeiro está demonstrada conforme quadro abaixo:

	31/12/13	31/12/12
Saldos em 01 de janeiro de 2012	44.547	
Adições	3.102	
Amortização/reversão	(27.194)	
Atualização monetária/valor justo	22.896	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	43.351	
Adições	6.921	
Amortização/reversão	(24.965)	
Atualização monetária/valor justo	23.354	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	48.661	

8 Fornecedores

	31/12/13	31/12/12
Fornecedores	31/12/13	31/12/12
Materiais e serviços	1.294	3.208
Terceiros	307	2.835
Partes relacionadas (Nota 16)	987	373
Total	1.294	3.208
Circulante	1.294	3.208

9 Empréstimos e Financiamentos

Composição da dívida	Ref.	Taxa Efetiva	Encargos		Principal		Total	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	31/12/13	31/12/12
Moeda nacional								
Banco do Brasil	(a)	4,5% a.a. pré-fixada	7	-	526	2.939	3.472	3.998
Total			7	-	526	2.939	3.472	3.998

a) O financiamento com o Banco do Brasil com recursos do BNDES (FINAME) foi obtido para a aquisição da Subestação de Energia de 230/69 KV em Afluente T e está sendo amortizado em 96 parcelas mensais e sucessivas, no período de 15 de agosto de 2012 a 15 de julho de 2020. A remuneração é baseada na taxa pré-fixada de 4,50% a.a.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/12/13	Total Líquido 31/12/12
2014	-	526
2015	526	526
2016	526	526
2017	526	526
2018	526	526
2019	526	526
Após 2019	309	309
Total	2.939	3.465

A mutação de empréstimos e financiamentos, os quais são integralmente denominados em moeda nacional, está como segue:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	258	3.991	4.249
Encargos	187	-	187
Transferências			



14 Receita Líquida

	Ref.	31/12/13	31/12/12
Receita de operação e manutenção		8.755	7.643
Receita de concessão		23.354	22.891
Receita de construção da infraestrutura da concessão		6.920	3.102
Outras receitas		173	917
Total receita bruta		39.202	34.553
(-) Deduções da receita bruta	(a)	(4.075)	(6.311)
Total receita operacional líquida		35.127	28.242

(a) Deduções da receita bruta

	31/12/13	31/12/12
IMPOSTOS:		
PIS	(221)	(233)
COFINS	(1.017)	(1.072)
ICMS	(11)	(98)
ENCARGOS SETORIAIS:		
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(563)	(642)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(217)	(476)
Subvenção - Conta Consumo de Combustível - CCC	(301)	(2.442)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(314)	(304)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(1.431)	(1.044)
Total	(4.075)	(6.311)

15 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	31/12/13	31/12/12
		(Reapresentado)
	Custos dos serviços	Despesas com vendas
		Despesas gerais e administrativas
		Total
Material	(123)	(123)
Serviços de terceiros	(6.971)	(7.514)
Taxa de Fiscalização Serviço		
Energia Elétrica - TFSEE	(132)	(132)
Alugueiros e alugueiros	(9)	(25)
Tributos	(30)	(46)
Provisões líquidas - PCLD		(817)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(6.920)	(6.920)
Outros	(359)	(404)
Total custos/despesas	(14.544)	(15.981)

16 Resultado Financeiro

	31/12/13	31/12/12
Receita financeira	2.579	3.054
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	3	-
Despesa financeira	(166)	(188)
Encargos de dívida	(64)	(62)
Descontos concedidos	(138)	(87)
Outras despesas financeiras	(368)	(337)
Resultado Financeiro	(368)	(337)

17 Saldos e Transações com partes Relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza de operação	31/12/13		31/12/12	
			Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
COELBA	(a)	Uso da Rede	1.372	12.111	1.322	11.530
		Prestação de serviço	4	26	2	-
		Outros	6	(67)	9	(67)
		Total	1.376	12.070	1.324	11.463
CELPE	(a)	Uso da Rede	17	140	27	242
		Debêntures - Aplicação/Emissão	91	-	132	-
		Total	108	140	159	242
COSERN	(a)	Uso da Rede	5	59	12	100
		Debêntures - Aplicação/Emissão	7	-	21	-
		Total	12	59	33	100
TERMOPERNAMBUCO	(a)	Uso da Rede	7	87	5	64
		Total	7	87	5	64
ITAPEBI	(a)	Uso da Rede	5	72	4	52
		Prestação de serviço	-	149	71	893
		Debêntures - Aplicação/Emissão	143	-	208	-
		Total	148	221	283	945
NEOENERGIA SERVIÇOS		Prestação de serviço	-	(3.662)	373	(4.391)
		Total	-	(3.662)	373	(4.391)
BAGUIARI I	(a)	Uso da Rede	1	7	-	5
		Total	1	7	-	5
AFLUENTE GERAÇÃO		Reembolso de despesa	-	-	1.077	-
		Total	-	-	1.077	-
ÁGUAS DA PEDRA	(a)	Uso da Rede	4	53	3	37
		Total	4	53	3	37
CALANGO 1	(a)	Uso da Rede	-	1	-	-
		Total	-	1	-	-
CALANGO 2	(a)	Uso da Rede	-	1	-	-
		Total	-	1	-	-
CALANGO 3	(a)	Uso da Rede	-	1	-	-
		Total	-	1	-	-
CALANGO 4	(a)	Uso da Rede	-	1	-	-
		Total	-	1	-	-
CALANGO 5	(a)	Uso da Rede	-	1	-	-
		Total	-	1	-	-
CAETITÉ 2	(a)	Uso da Rede	-	1	-	-
		Total	-	1	-	-
CAETITÉ 3	(a)	Uso da Rede	-	1	-	-
		Total	-	1	-	-
NO&M	(b)	Prestação de serviço	987	(987)	-	-
		Total	987	(987)	-	-
Neoenergia S.A.		Dividendos	-	-	3.692	-
		Total	-	-	3.692	-
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	-	96	-
		Total	-	-	96	-
Iberdrola Energia S.A.		Dividendos	-	-	357	-
		Total	-	-	357	-
Outros Minoritários		Dividendos	51	-	87	-
		Total	51	-	87	-

(a) Cobrança autorizada pelo ONS contra empresas relacionadas correspondente à RAP.

(b) Contrato de prestação de serviços de operação e manutenção das subestações.

18 Gestão de Risco Financeiro

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações Gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas em mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os períodos de 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.

- Títulos e valores mobiliários - representam os fundos restritos compostos por papéis com prazo para resgate acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.

- Concessão do serviço público (ativo financeiro) - recebíveis de transmissão - composto pelos recebíveis garantidos por contrato junto ao poder concedente pela construção dos ativos de transmissão disponibilizados ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Estão mensurados pelo custo amortizados dado pela projeção dos fluxos de caixa contratual descontado pela taxa de retorno do projeto.

- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

- Empréstimos e financiamentos:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo. A Companhia não possui contrato de derivativos

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	31/12/13		31/12/12	
	Ativos (Passivos)		Ativos (Passivos)	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	29.013	29.013	36.976	36.976
Títulos e valores mobiliários	260	260	2.249	2.249
Contas a receber de clientes e outros	3.610	3.610	4.569	4.569
Passivo				
Fornecedores	(1.294)	(1.294)	(3.208)	(3.208)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(3.472)	(3.472)	(3.998)	(3.998)

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, o Grupo entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. Os *assets* possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores práticas.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos no item 2.1.10 desta demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto no CPC 38 e a comparação com os seus valores justos:

	31/12/13		31/12/12	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo financeiro (Circulante/Não circulante)	28.888	28.888	33.907	33.907
Empréstimos e recebíveis	28.888	28.888	33.907	33.907
Contas a receber de clientes e outros	3.610	3.610	4.569	4.569
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	25.278	25.278	29.338	29.338
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	29.273	29.273	39.225	39.225
Caixa e equivalentes de caixa	29.013	29.013	36.976	36.976
Títulos e valores mobiliários	260	260	2.249	2.249
Mensurado pelo custo amortizado	4.766	4.766	7.206	7.206
Fornecedores	1.294	1.294	3.208	3.208
Empréstimos e financiamentos	3.472	3.472	3.998	3.998

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação conforme previsto pelo CPC 40:

	31/12/13			31/12/13
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	15	28.998	-	29.013
Títulos e valores mobiliários	260	-	-	260

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 - *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 - *Inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Fatores de risco

- Riscos financeiros

- Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário			R\$ Mil
					provável	Cenário (II)	Cenário (III)	
ATIVOS FINANCEIROS								
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	8,05%	29.259	2.377	1.783	1.189	

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

- Riscos de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao *rating* das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2013 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 29.258 mil em fundos restritos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de caixa das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	31/12/13					Acima de 5 anos
			Até 3 meses	2014	2015	2016	2017	
Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financiamentos	3.472	3.982	-	670	647	624	600	1.441
Fornecedores	1.294	1.294	-	1.294	-	-	-	-

- Riscos operacionais

- Risco de crédito